

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2010

Fevereiro de 2011

Este relatório contém 58 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados
	4
	Demonstração de rendimento integral
	4
	Balanço
	5
	Demonstração das alterações no capital próprio
	6
	Demonstração dos fluxos de caixa
	6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas
	7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas
	16
II.3	Reporte por segmentos
	18
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
	19
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	20
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
	21
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos
	22
Nota 5	Rendimentos
	22
Nota 6	Gastos financeiros
	23
Nota 7	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
	23
Nota 8	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
	23
Nota 9	Diferenças de câmbio
	23
Nota 10	Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões
	24
Nota 11	Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
	24
Nota 12	Custos e gastos por natureza a imputar
	24
II.5	Notas ao balanço
Nota 13	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
	25
Nota 14	Activos financeiros disponíveis para venda
	25
Nota 15	Empréstimos e contas a receber
	26
Nota 16	Outros activos tangíveis
	26
Nota 17	Activos intangíveis
	27
Nota 18	Provisões técnicas, líquidas de resseguro
	28
Nota 19	Benefícios a empregados
	29

[Handwritten signature]

	<u>Pág.</u>
Nota 20	34
Nota 21	35
Nota 22	36
Nota 23	37
Nota 24	37
Nota 25	37
II.6	
Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 26	38
II.7	
Outras notas	
Nota 27	40
Nota 28	41
Nota 29	55
Nota 30	56
Nota 31	56
III	
Inventário de títulos	
IV	
Relatório dos auditores	

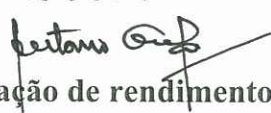
I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Notas	2010			2009			Eur
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	63.204.717	-	63.204.717	64.822.947	-	64.822.947	
Prémios brutos emitidos		211.446.085	-	211.446.085	197.860.192	-	197.860.192	
Prémios de resseguro cedido		(149.285.107)	-	(149.285.107)	(134.478.426)	-	(134.478.426)	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2.476.226	-	2.476.226	1.267.321	-	1.267.321	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(1.432.487)	-	(1.432.487)	173.860	-	173.860	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(37.145.980)	-	(37.145.980)	(34.255.852)	-	(34.255.852)	
Montantes pagos		(36.717.944)	-	(36.717.944)	(31.468.383)	-	(31.468.383)	
Montantes brutos		(129.091.255)	-	(129.091.255)	(108.054.567)	-	(108.054.567)	
Parte dos resseguradores		92.373.311	-	92.373.311	76.586.184	-	76.586.184	
Provisão para sinistros (variação)		(428.036)	-	(428.036)	(2.787.469)	-	(2.787.469)	
Montantes brutos		(4.346.845)	-	(4.346.845)	(5.613.488)	-	(5.613.488)	
Parte dos resseguradores		3.918.809	-	3.918.809	2.826.019	-	2.826.019	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	-	-	-	(8.564)	-	(8.564)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(1.622.737)	-	(1.622.737)	199.708	-	199.708	
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(20.398.144)	-	(20.398.144)	(14.079.486)	-	(14.079.486)	
Custos de aquisição		(29.408.764)	-	(29.408.764)	(23.713.302)	-	(23.713.302)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		550.105	-	550.105	150.698	-	150.698	
Gastos administrativos		(16.621.094)	-	(16.621.094)	(14.018.253)	-	(14.018.253)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		25.081.609	-	25.081.609	23.501.371	-	23.501.371	
Rendimentos	5	3.145.205	465.735	3.610.940	3.762.435	424.153	4.186.588	
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		3.145.205	465.735	3.610.940	3.762.435	424.153	4.186.588	
Costos financeiros	6	(678.305)	(217.709)	(896.014)	(889.236)	(38.234)	(927.470)	
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(659.131)	(217.709)	(876.840)	(711.454)	-	(711.454)	
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(19.174)	-	(19.174)	(177.782)	(38.234)	(216.016)	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	575.048	(20.323)	554.725	46.088	(1.515)	44.573	
De activos disponíveis para venda		575.048	(20.323)	554.725	46.088	(1.515)	44.573	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	-	-	-	(12.161)	(399)	(12.560)	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	(12.161)	(399)	(12.560)	
Diferenças de câmbio	9	363	-	363	(3.447)	(99)	(3.546)	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	10	-	357.899	357.899	-	5.401	5.401	
De outros		-	357.899	357.899	-	5.401	5.401	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	11	31.825	-	31.825	30.908	-	30.908	
Outras provisões (variação)	10	-	(7.038)	(7.038)	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos	11	-	1.164.943	1.164.943	-	128.861	128.861	
Resultado líquido antes de impostos		7.111.992	1.743.507	8.855.499	19.613.340	518.168	20.131.508	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	(4.104.590)	(4.104.590)	-	(5.636.215)	(5.636.215)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	1.518.689	1.518.689	-	(29.820)	(29.820)	
Resultado líquido do exercício		7.111.992	(842.394)	6.269.598	19.613.340	(5.147.867)	14.465.473	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

TOC 3502



Demonstração de rendimento integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



	Eur	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	6.269.598	14.465.473
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	(6.806.616)	3.593.531
Impostos diferidos e correntes	1.952.151	(952.287)
	(4.854.465)	2.641.244
Demonstração do rendimento integral do ano	1.415.133	17.106.717

Balanço

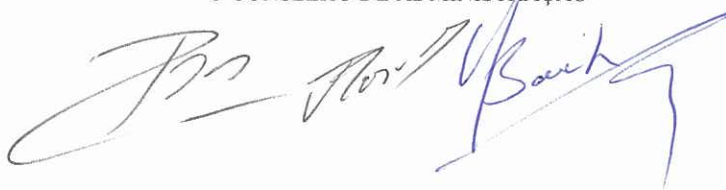
			Eur
	Notas	2010	2009
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13	14.897.908	18.280.362
Activos financeiros disponíveis para venda	14	119.400.608	114.836.490
Empréstimos e contas a receber	15	8.017.733	27.918.745
Depósitos junto de empresas cedentes		-	295
Outros depósitos		8.017.733	27.918.450
Outros activos tangíveis	16	70.288	76.438
Inventários		18.650	19.950
Outros activos intangíveis	17	59.409	41.662
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	47.776.129	45.289.806
Provisão para prémios não adquiridos		20.151.798	21.584.284
Provisão para sinistros		27.624.331	23.705.522
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	19	773.883	778.464
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	13.859.161	12.884.296
Contas a receber por operações de seguro directo		3.281.248	6.021.352
Contas a receber por outras operações de resseguro		8.897.959	6.258.248
Contas a receber por outras operações		1.679.954	604.696
Activos por impostos	21	5.074.974	561.226
Activos por impostos (e taxas) correntes		1.042.908	-
Activos por impostos diferidos		4.032.066	561.226
Acréscimos e diferimentos	24	1.063.141	8.871
Total activo		211.011.884	220.696.310
Provisões técnicas	18	130.310.811	127.880.714
Provisão para prémios não adquiridos		40.563.229	43.589.561
Provisão para sinistros		86.297.209	82.463.518
De acidentes de trabalho		18.333.215	17.888.602
De outros ramos		67.963.994	64.574.916
Provisão para participação nos resultados		66.392	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade		761.353	727.720
Provisão para riscos em curso		2.622.628	1.033.523
Outros passivos financeiros	22	8.800.520	18.072.775
Depósitos recebidos de resseguradores		8.800.520	10.176.473
Outros		-	7.896.302
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	14.360.257	22.305.035
Contas a pagar por operações de seguro directo		5.322.415	6.279.078
Contas a pagar por outras operações de resseguro		7.932.921	14.603.691
Contas a pagar por outras operações		1.104.921	1.422.266
Passivos por impostos e taxas	21	2.873.580	3.498.399
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2.873.580	3.498.399
Acréscimos e diferimentos	24	3.113.148	3.294.360
Outras Provisões	25	5.299.646	806.237
Total passivo		164.757.962	175.857.521
Capital		12.500.000	12.500.000
Reservas de reavaliação		(5.935.903)	870.713
Reserva por impostos diferidos		1.721.412	(230.739)
Outras reservas		13.612.023	12.165.476
Resultados transitados		18.086.792	5.067.866
Resultado do exercício		6.269.598	14.465.473
Total capital próprio	26	46.253.922	44.838.789
Total passivo e capital próprio		211.011.884	220.696.310
Resultados por acção		2,5	5,8

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3302



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no capital próprio

	Reservas de reavaliação					Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal						
Balanço a 1 de Janeiro 2009	12.500.000	(2.722.818)	721.548	(2.001.270)	8.768.771	872.217	1.246.995	487.004	218.746	14.439.609	36.532.072
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.443.959	12.995.650	-	-	-	(14.439.609)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	3.593.531	(952.287)	2.641.244	-	-	-	-	-	-	2.641.244
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(8.800.000)	-	-	-	-	(8.800.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.465.473	14.465.473
Balanço a 31 de Dezembro 2009	12.500.000	870.713	(230.739)	639.974	10.212.730	5.067.867	1.246.995	487.004	218.746	14.465.473	44.838.789
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.446.548	13.018.925	-	-	-	(14.465.473)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(6.806.616)	1.952.151	(4.854.465)	-	-	-	-	-	-	(4.854.465)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.269.598	6.269.598
Balanço em 31 de Dezembro 2010	12.500.000	(5.935.903)	1.721.412	(4.214.491)	11.659.278	18.086.792	1.246.995	487.004	218.746	6.269.598	46.253.922

Demonstração dos fluxos de caixa

	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	6.269.598	14.465.473
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	70.485	59.775
Variação nas provisões técnicas	2.430.097	3.711.462
Variação de provisões	4.493.409	341.908
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(2.486.323)	39.677.744
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	357.899	5.401
Variação nos impostos activos / passivos	(5.138.567)	62.961
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	16.337
Empréstimos concedidos e contas a receber	19.901.012	1.949.340
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(1.332.764)	(2.555.249)
Outros activos e passivos	(1.230.902)	966.597
Outros passivos financeiros	(9.272.255)	4.873.256
Outros credores por operações de seguros e outras operações	(7.944.778)	-
	6.116.911	63.575.005
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(9.418.583)	(6.719.666)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(80.782)	(51.569)
	(9.499.365)	(6.771.235)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Outros passivos financeiros	-	(48.136.725)
Dividendos pagos	-	(8.800.000)
	-	(56.936.725)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(3.382.454)	(132.955)
Caixa e equivalentes no início do período	18.280.362	18.413.317
Caixa e equivalentes no final do período	14.897.908	18.280.362

Capital Social 12.500.000 Euros - matricula na CRCL com o número único de matricula e identificação de pessoa colectiva
NIPC 501 836 918 Sede: Av. José Malhoa, n.º 27 1070-157 LISBOA

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., (“Ocidental Seguros” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de Abril de 1987, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Julho de 1987

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tem como objectivo o exercício da actividade seguradora “Não Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta actividade.

É uma subsidiária da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., (‘Companhia mãe’), a qual detém 100% do capital, exercendo o controlo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar n.º 20/2007, de 31 de Dezembro e pela Norma regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 21 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 31. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Contratos de seguro e de investimento*

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros da Companhia, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

e) Activos financeiros

Classificação

A Ocidental Seguros classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedçam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Acordos de recompra

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

i) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Ocidental Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

j) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

7

11

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) *Activos tangíveis*

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

l) *Activos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

m) *Locações*

A Ocidental Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

9

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

n) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

5



s) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora ("CCT").

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estavam, até Agosto de 2010, cobertas por um único fundo de pensões denominado de "Fundo de Pensões do Grupo BCP", nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores da Companhia, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar). Nessa data, o fundo existente foi dividido, tendo os activos e passivos relativos à Companhia sido transferidos para um fundo separado designado de "Fundo de Pensões Aberto – Horizonte Valorização".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

5

14
P
I
1

Sistema de incentivos baseado em acções

À data de 31 de Dezembro de 2010, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

u) Reporte por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Ocidental Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Incêndio e outros danos
- Automóvel
- Outros

As actividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

v) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

9

Handwritten signature

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) provisão para envelhecimento, (5) teste de adequação das responsabilidades, (6) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

9

17

II.3 Reporte por segmentos

	2010					2009					Eir
	Acidentes e danos	Incêndios e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e danos	Incêndios e outros danos	Automóvel	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	18.172.794	21.283.366	21.503.674	2.244.883	63.204.717	17.903.393	22.025.980	22.393.054	2.299.430	64.822.947	
Gastos com sinistros, líquidos de resseguro	(5.568.836)	(12.883.286)	(17.285.177)	(1.408.681)	(37.145.980)	(7.725.669)	(8.158.469)	(17.761.019)	(610.695)	(34.255.852)	
Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro	(96.816)	144.354	(1.539.673)	(130.602)	(1.622.737)	124.601	(157.943)	(42.368)	275.418	199.708	
Participação nos resultados líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(8.564)	-	-	-	(8.564)	
Gastos e gastos de exploração líquidos	(10.262.309)	(3.084.674)	(5.801.344)	(1.249.917)	(20.398.144)	(6.217.516)	(1.393.412)	(5.247.949)	(1.230.609)	(14.079.486)	
Rendimentos	2.023.453	340.430	612.920	168.412	3.145.205	2.530.846	330.728	736.392	164.469	3.762.435	
Gastos financeiros	(479.333)	(68.842)	(98.404)	(31.726)	(678.305)	(603.684)	(81.546)	(171.571)	(32.435)	(889.236)	
Ganhos líquidos de activos financeiros	297.525	105.563	156.721	15.602	575.411	4.980	6.124	17.344	2.032	30.480	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de res	41.382	(9.757)	-	-	31.825	30.908	-	-	-	30.908	
Margem técnica	4.128.160	5.827.144	(2.451.283)	(392.029)	7.111.992	6.039.495	12.571.462	124.783	877.600	19.613.340	
Provisão de investimentos					463.735					385.919	
Mais (menos) valores realizados					(30.323)					(2013)	
Despesas gerais					(217.709)					-	
Outros prováveis (custos) não técnicos					1.515.804					134.262	
Resultado não técnico					1.743.507					518.168	
Resultado antes de impostos					8.855.499					20.131.508	

	Acidentes e danos	Incêndios e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e danos	Incêndios e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	74.555.046	15.290.383	30.143.991	10.321.391	130.311.811	76.747.030	14.632.992	29.516.482	6.984.210	127.880.714
Parte dos resseguradores	39.901.260	3.046.483	250.742	4.577.644	47.776.129	39.183.878	2.825.040	1.146.371	2.134.517	45.289.806

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2010	2009
Prémios brutos emitidos	211.446.085	197.860.192
Prémios resseguro cedido	(149.285.107)	(134.478.426)
Prémios líquidos resseguro	62.160.978	63.381.766
Variação prémios não adquiridos	2.476.226	1.267.321
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	(1.432.487)	173.860
Variação líquida de prémios não adquiridos	1.043.739	1.441.181
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	63.204.717	64.822.947

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	142.621.056	146.107.457	131.277.468	132.747.339
Incêndio e outros danos	39.877.668	39.638.220	38.172.950	37.619.561
Automóvel	22.045.504	21.818.752	22.471.837	22.906.751
Outros	6.901.857	6.357.882	5.937.937	5.853.862
Total	211.446.085	213.922.311	197.860.192	199.127.513

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	126.145.749	127.934.664	114.669.706	114.843.747
Incêndio e outros danos	18.455.462	18.354.854	15.739.708	15.593.581
Automóvel	315.078	315.078	312.796	312.796
Outros	4.368.818	4.112.998	3.756.216	3.554.442
Total	149.285.107	150.717.594	134.478.426	134.304.566

5

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2010				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	87.273.441	19.369.289	15.617.482	1.858.155	124.118.367
Parte dos resseguradores	(82.329.891)	(8.267.927)	(774.352)	(1.001.141)	(92.373.311)
	4.943.550	11.101.362	14.843.130	857.014	31.745.056
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.881.482	796.562	(1.013.382)	2.682.183	4.346.845
Parte dos resseguradores	(2.506.296)	(120.834)	895.629	(2.187.308)	(3.918.809)
	(624.814)	675.728	(117.753)	494.875	428.036
Total antes custos imputados	4.318.736	11.777.090	14.725.377	1.351.889	32.173.092
Custos com Sinistros (imputados)	1.250.101	1.106.196	2.559.799	56.792	4.972.888
Total	5.568.837	12.883.286	17.285.176	1.408.681	37.145.980

	2009				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	77.671.128	10.954.010	13.464.327	1.182.411	103.271.876
Parte dos resseguradores	(72.049.368)	(3.778.185)	-	(758.630)	(76.586.183)
	5.621.760	7.175.825	13.464.327	423.781	26.685.693
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	3.595.784	729.407	1.305.657	(17.360)	5.613.488
Parte dos resseguradores	(2.599.421)	(284.421)	(61.744)	119.567	(2.826.019)
	996.363	444.986	1.243.913	102.207	2.787.469
Total antes custos imputados	6.618.123	7.620.811	14.708.240	525.988	29.473.162
Custos com Sinistros (imputados)	1.107.546	537.657	3.052.779	84.708	4.782.690
Total	7.725.669	8.158.468	17.761.019	610.696	34.255.852

5

27
9

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas é analisada como segue:

	2010				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	33.632	-	-	33.632
Variação da provisão para riscos em curso	96.816	(177.987)	1.539.674	130.602	1.589.105
Total	96.816	(144.355)	1.539.674	130.602	1.622.737

	2009				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	71.199	-	15.668	86.867
Variação da provisão para riscos em curso	(124.601)	86.744	42.368	(291.086)	(286.575)
	(124.601)	157.943	42.368	(275.418)	(199.708)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	8.564	-	-	-	8.564
Total	(116.037)	157.943	42.368	(275.418)	(191.144)

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2010				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	13.511.815	4.700.371	2.134.403	580.542	20.927.131
Custos de aquisição alocados	5.187.751	1.378.577	1.457.079	458.227	8.481.634
Variação dos custos de aquisição diferidos	(184.731)	(234.126)	(111.612)	(19.636)	(550.105)
Custos administrativos - comissões	262.975	2.643	1.312	1.011	267.941
Custos administrativos alocados	9.533.860	3.880.545	2.320.138	618.609	16.353.152
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(18.049.461)	(6.643.335)	25	(388.838)	(25.081.609)
Total	10.262.209	3.084.675	5.801.345	1.249.915	20.398.144

	2009				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	10.793.951	3.351.839	2.245.534	551.697	16.943.021
Custos de aquisição alocados	4.164.503	1.107.060	1.137.270	361.448	6.770.281
Variação dos custos de aquisição diferidos	94.269	(40.204)	(203.675)	(1.089)	(150.699)
Custos administrativos - comissões	247.048	4.000	2.574	2.523	256.145
Custos administrativos alocados	7.984.087	3.218.717	2.066.321	492.984	13.762.109
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(17.066.342)	(6.248.001)	(76)	(186.952)	(23.501.371)
Total	6.217.516	1.393.411	5.247.948	1.220.611	14.079.486

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 18.509.000 (2009: Euros 14.299.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição com a Ocidental Seguros.

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	3.416.022	3.401.946
Rendimentos de depósitos bancários	194.918	784.642
	3.610.940	4.186.588

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 877.000 (2009: Euros 711.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A., no montante de Euros 19.000 (2009: Euros 216.000) (ver nota 27).

Nota 7 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2010			2009		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	1.270.283	(1.198.217)	72.066	74.989	(168)	74.821
Obrigações de outros emissores	150.838	(184)	150.654	857	(44.372)	(43.515)
Ações	332.005	-	332.005	195.783	(182.516)	13.267
De investimentos disponíveis para venda	1.753.126	(1.198.401)	554.725	271.629	(227.056)	44.573
Total	1.753.126	(1.198.401)	554.725	271.629	(227.056)	44.573

Nota 8 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 2009 os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas dizem respeito a Activos detidos para negociação.

Nota 9 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais são analisados como segue:

	Eur	
	2010	2009
De investimentos disponíveis para venda	-	(3.866)
De empréstimos concedidos e contas a receber	363	320
Total	363	(3.546)

Nota 10 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
De devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(357.899)	(5.401)
De outros devedores	7.038	-
Total imparidade	(350.861)	(5.401)
Total	(350.861)	(5.401)

Nota 11 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 227.000 (2009: Euros 230.000) relativos a pessoal cedido a outras entidades.

Nota 12 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	312.141	262.421
Remunerações - pessoal	7.291.855	7.218.831
Encargos sobre remunerações	1.509.351	1.433.987
Benefícios pós emprego - planos benefícios definidos	472.301	558.446
Seguros obrigatórios	359.769	338.471
Gastos de acção social	46.820	57.928
Outros gastos	76.478	(29.464)
	10.068.715	9.840.620
Fornecimentos e serviços externos	14.597.355	14.153.531
Depreciações de activos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	774	562
Equipamento informático	43.058	35.398
	43.832	35.960
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	26.653	23.817
Outros	5.947.959	1.972.605
Total	30.684.514	26.026.533

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas no montante de Euros 727.000 (2009: 667.000), o montante de Euros 578.000 (2009: Euros 708.000) relativos a Juros suportados, Comissões no montante de Euros 149.000 (2009: Euros 256.000) e o montante de Euros 4.493.000 (2009: Euros 342.000) relativos a Outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2010	2009
Custos com sinistros	4.972.888	4.782.690
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	8.481.634	6.770.282
Custos administrativos	16.353.152	13.762.109
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	659.131	711.452
Alocados à conta não técnica	217.709	-
Total	30.684.514	26.026.533

Em 31 de Dezembro de 2010, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 162 (2009: 159).

II.5 Notas ao balanço

Nota 13 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é composto na totalidade por depósitos bancários.

Nota 14 – Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2010			2009		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	55.699.342	(1.637.947)	54.061.396	54.642.002	1.078.443	55.720.445
Obrigações de outros emissores	63.004.297	(4.386.981)	58.617.316	46.747.065	(473.535)	46.273.530
Ações	5.342.818	89.025	5.431.843	11.166.765	265.805	11.432.570
Juros a receber	1.290.054	-	1.290.054	1.409.945	-	1.409.945
Total	125.336.511	(5.935.903)	119.400.609	113.965.777	870.713	114.836.490
Dos quais:						
Nível 1			114.850.845			108.395.083
Nível 2			4.549.763			6.441.407
Nível 3			-			-
			119.400.608			114.836.490

De acordo com o IFRS7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida

Divulgações adicionais sobre os activos financeiros são prestadas na nota 30 - "Gestão de riscos".

Nota 15 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 16 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Equipamento		
Equipamento informático	187.436	149.832
Equipamento administrativo	48.748	48.748
Outro equipamento	72.160	72.082
	308.344	270.662
Amortizações acumuladas	(238.056)	(194.224)
Saldo líquido	70.288	76.438

9

27

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>		
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento
	Total		
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	149.832	48.748	72.082
Aquisições	37.604	-	78
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	187.436	48.748	72.160
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(76.557)	(48.748)	(68.919)
Amortizações do exercício	(43.025)	-	(774)
Transferências	(33)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(119.615)	(48.748)	(69.693)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009	73.275	-	3.163
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2010	67.821	-	2.467

Nota 17 – Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.920.652
Aquisições	44.400
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.965.052
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(1.878.990)
Amortizações do exercício	(26.653)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(1.905.643)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009	41.662
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2010	59.409

9

8
7

Nota 18 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	27.207.791	5.419.721	4.945.783	2.989.934	40.563.229
Provisão para sinistros	46.928.221	9.085.207	23.198.519	7.085.262	86.297.209
Provisão para participação nos resultados	66.392	-	-	-	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	697.227	-	64.126	761.353
Provisão para riscos em curso	352.642	88.228	1.999.689	182.069	2.622.628
Total bruto	74.555.046	15.290.383	30.143.991	10.321.391	130.310.811
Provisão para prémios não adquiridos	17.175.075	1.242.575	-	1.734.148	20.151.798
Provisão para sinistros	22.726.185	1.803.908	250.742	2.843.496	27.624.331
Total resseguro	39.901.260	3.046.483	250.742	4.577.644	47.776.129
Saldo líquido	34.653.786	12.243.900	29.893.249	5.743.747	82.534.682

	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	30.878.924	5.414.399	4.830.644	2.465.594	43.589.561
Provisão para sinistros	45.545.888	8.288.784	24.225.822	4.403.024	82.463.518
Provisão para participação nos resultados	66.392	-	-	-	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	663.594	-	64.126	727.720
Provisão para riscos em curso	255.826	266.214	460.016	51.467	1.033.523
Total bruto	76.747.030	14.632.991	29.516.482	6.984.211	127.880.714
Provisão para prémios não adquiridos	18.963.990	1.141.966	-	1.478.328	21.584.284
Provisão para sinistros	20.219.888	1.683.074	1.146.371	656.189	23.705.522
Total resseguro	39.183.878	2.825.040	1.146.371	2.134.517	45.289.806
Saldo líquido	37.563.152	11.807.951	28.370.111	4.849.694	82.590.908

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 12.460.000 (2009: Euros 11.898.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objectivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 1.168.000 (em 2009: Euros 1.134.000), tendo sido este ajustamento registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades.

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 19.900.000 (2009: Euros 18.442.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 1.540.000 (2009: Euros 1.796.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Provisão para prémios não adquiridos	46.762.431	49.238.658
Custos de aquisição diferidos	(6.199.202)	(5.649.097)
Saldo líquido	40.563.229	43.589.561

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	5.649.097	5.498.398
Custos de aquisição do ano	6.199.202	5.649.097
Amortização dos custos de aquisição	(5.649.097)	(5.498.398)
Custos de aquisição diferidos 31 de Dezembro	6.199.202	5.649.097

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	66.392	215.808
Montantes pagos	-	(157.980)
Estimativa de montantes a atribuir	-	8.564
Total	66.392	66.392

Nota 19 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente a Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Activos	166	164
Reformados e Pensionistas	15	15
	181	179

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2010	2009
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV88/90	TV73/77 rated down 1 year
Mulheres	TV 88/90 rated down 2 years	TV 88/90 rated down 2 years
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

	2010			2009		
	Panos de Pensões	Outros benefícios	Total	Panos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(8.292.250)	(1.399.665)	(9.691.915)	(7.664.842)	(1.284.583)	(8.949.425)
Justo valor dos activos do fundo	8.200.450	-	8.200.450	8.236.007	-	8.236.007
Valor líquido	(91.800)	(1.399.665)	(1.491.465)	571.165	(1.284.583)	(713.418)
(Ganhos)/ perdas actuariais não reconhecidos	2.385.353	(120.005)	2.265.348	1.631.638	(139.756)	1.491.882
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	2.293.553	(1.519.670)	773.883	2.202.803	(1.424.339)	778.464

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, em termos do Plano Complementar, o plano de benefício definido, estabelecido no termos do Contrato de Adesão Colectivo nº72 – Fundo Pensões ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 5 (2009: 5), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 757.000 (2009: Euros 784.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisado como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	7.664.842	1.284.583	8.949.425	7.752.808	1.352.468	9.105.276
Custo do serviço corrente	357.192	50.141	407.333	353.109	48.963	402.072
Custo dos juros	395.781	66.636	462.417	438.951	76.359	515.310
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pelo Grupo	(272.212)	(20.882)	(293.094)	(328.733)	(19.681)	(348.414)
(Ganhos)/ perdas actuariais	49.905	19.187	69.092	(515.394)	(173.526)	(688.920)
Transferências entre fundos	96.742	-	96.742	(35.899)	-	(35.899)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	<u>8.292.250</u>	<u>1.399.665</u>	<u>9.691.915</u>	<u>7.664.842</u>	<u>1.284.583</u>	<u>8.949.425</u>

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	357.192	50.141	407.333	353.109	48.963	402.072
Custo dos juros	395.781	66.636	462.417	438.951	76.359	515.310
Rendimento esperado do fundo	(437.286)	-	(437.286)	(442.367)	-	(442.367)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	40.402	(565)	39.837	83.431	-	83.431
Custo do exercício	<u>356.089</u>	<u>116.212</u>	<u>472.301</u>	<u>433.124</u>	<u>125.322</u>	<u>558.446</u>

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisada como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	8.236.007	7.850.416
Contribuições da Companhia	446.839	84.666
Pagamentos efectuados pelo fundo	(272.212)	(328.733)
Retorno esperado do fundo	437.286	442.367
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	(744.212)	223.190
Transferências entre fundos	96.742	(35.899)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>8.200.450</u>	<u>8.236.007</u>

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009, são analisadas como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	1.631.638	(139.756)	1.491.882	2.453.653	33.770	2.487.423
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	49.905	19.187	69.092	(515.394)	(173.526)	(688.920)
(Ganhos)/perdas actuariais do fundo	744.212	-	744.212	(223.190)	-	(223.190)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	(40.402)	564	(39.838)	(83.431)	-	(83.431)
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	<u>2.385.353</u>	<u>(120.005)</u>	<u>2.265.348</u>	<u>1.631.638</u>	<u>(139.756)</u>	<u>1.491.882</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os ganhos/(perdas) actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros (254.000) e Euros 253.000, respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela Companhia ascenderam a Euros 447.000 (2009: Euros 85.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro. Deste montante, Euros 97.000 correspondem ao Plano de Contribuição Definida respeitante à atribuição do exercício de 2009.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 1 Janeiro	2.202.803	(1.424.339)	778.464	2.551.261	(1.318.698)	1.232.563
Custo normal do ano	(356.089)	(116.212)	(472.301)	(433.124)	(125.322)	(558.446)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	<u>446.839</u>	<u>20.881</u>	<u>467.720</u>	<u>84.666</u>	<u>19.681</u>	<u>104.347</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 31 Dezembro	<u>2.293.553</u>	<u>(1.519.670)</u>	<u>773.883</u>	<u>2.202.803</u>	<u>(1.424.339)</u>	<u>778.464</u>

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(9.691.915)	(8.949.425)	(9.105.276)	(7.347.491)	(5.675.389)	(5.544.030)
Justo valor dos activos do fundo	<u>8.200.450</u>	<u>8.236.007</u>	<u>7.850.416</u>	<u>6.355.806</u>	<u>5.231.282</u>	<u>4.655.671</u>
Valor líquido	(1.491.465)	(713.418)	(1.254.860)	(991.685)	(444.107)	(888.359)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	<u>2.265.348</u>	<u>1.491.882</u>	<u>2.487.424</u>	<u>(690.071)</u>	<u>447.329</u>	<u>184.861</u>
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	<u>773.883</u>	<u>778.464</u>	<u>1.232.564</u>	<u>(1.681.756)</u>	<u>3.222</u>	<u>(703.498)</u>

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Titulos de rendimento variável	30.178	1.247.262.000
Titulos de rendimento fixo	5.092.946	2.841.297.000
Terrenos e edificios	0	383.431.000
Outros	3.077.326	1.101.582.000
	<u>8.200.450</u>	<u>5.573.572.000</u>

De referir que, até 31 de Dezembro de 2009, os passivos por benefícios pós emprego estavam cobertos pelo fundo de pensões do Grupo BCP, do qual a Ocidental Seguros representava cerca de 0,15%.

Os títulos emitidos pelo Grupo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Titulos de rendimento variável	-	39.362.000
Titulos de rendimento fixo	-	352.171.000
	<u>-</u>	<u>391.533.000</u>

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,50% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Impacto no Custo com Pensões	8.023	7.797
Impacto nas Responsabilidades	210.011	191.239

Nota 20 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Tomadores de seguros	4.242.569	7.487.172
Mediadores de seguros	620.325	466.688
Resseguradores	10.385.040	7.745.329
	15.247.934	15.699.189
Imparidade	(3.068.728)	(3.419.589)
Total	12.179.206	12.279.600
Outros devedores	1.703.890	628.631
Imparidade	(23.935)	(23.935)
Total Outros devedores	1.679.955	604.696
Total	13.859.161	12.884.296

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo e outras operações - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 3.142.000 (2009: Euros 5.878.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 306.000 (2009: Euros 688.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

			<i>Eur</i>	
	2010		2009	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	3.419.589	23.935	3.424.651	24.274
Reversões	(382.513)	-	(180.480)	(339)
Dotação do exercício	31.652	-	175.418	-
Saldo no final do ano	3.068.728	23.935	3.419.589	23.935

Nota 21 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2009: 26,5%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	Eur	
	2010	2009
Activos por impostos correntes	1.042.908	-
Activos por impostos diferidos	4.032.066	561.226
Activos por impostos	5.074.974	561.226
Passivos por impostos correntes	2.873.580	3.498.392
Imposto sobre rendimento	-	463.598
Outros impostos e taxas	2.873.580	3.034.794
Passivos por impostos	2.873.580	3.498.392

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Activos financeiros	1.645.688	-	-	(334.535)	1.645.688	(334.535)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	338.730	300.508	-	-	338.730	300.508
Provisões	1.741.465	392.197	-	-	1.741.465	392.197
Outros	306.183	203.056	-	-	306.183	203.056
Impostos diferidos activos/ (passivos)	4.032.066	895.761	-	(334.535)	4.032.066	561.226
Líquido de activos/ passivos	-	(334.535)	-	334.535	-	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	4.032.066	561.226	-	-	4.032.066	561.226

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009 foi reconhecido como segue:

	2010		2009	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Activos financeiros	28.072	1.952.151	(103.795)	(952.287)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	38.222	-	(6.324)	-
Provisões	1.349.268	-	31.957	-
Outros	103.127	-	48.342	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	1.518.689	1.952.151	(29.820)	(952.287)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Imposto corrente	(4.104.591)	(5.636.215)
Imposto diferido	1.518.689	(29.820)
Total do imposto reconhecido em resultados	(2.585.902)	(5.666.035)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Resultado antes de impostos	8.855.499	20.131.508
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.568.095	5.334.850
 Tributação autónoma	 62.055	 61.017
Efeito da alteração da taxa de imposto	114.621	-
Outras diferenças permanentes	(158.870)	270.168
	2.585.901	5.666.035

Nota 22 – Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Depósitos recebidos de resseguradores	8.800.520	10.176.473
Outros passivos	-	7.896.302
Total	8.800.520	18.072.775

Em 2009 os Outros passivos referem-se ao valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A., vencido na totalidade em 2010.

Nota 23 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Tomadores de seguros e intermediários	5.322.415	6.279.078
Resseguradores	7.932.921	14.603.691
Credores por operações seguro e resseguro	13.255.336	20.882.769
Outros credores	1.104.921	1.422.266
Total	14.360.257	22.305.035

Em 2010, o valor de comissões a pagar ao Grupo Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 4.507.000 (2009: Euros 4.088.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

Nota 24 – Acréscimos e diferimentos

Em 2010 a rubrica Acréscimos e diferimentos – Custos Diferidos, inclui o montante de Euros 1.060.000 relativo aos serviços prestados pela Accenture na gestão de sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

A rubrica Acréscimos de Custos – Acréscimos de Custos, inclui a estimativa do valor actual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 897.000 (2009: Euros 865.000).

Nota 25 – Outras Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	5.206.209	712.800
Total	5.299.646	806.237

G

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	806.237	464.330
Reversão do exercício	(344.800)	(14.400)
Dotação do exercício	4.838.209	356.307
Saldo em 31 de Dezembro	5.299.646	806.237

Em 31 de Dezembro de 2010, foi anunciado pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva um plano de reestruturação, sendo que em resultado do mesmo, foi reconhecida uma provisão para reestruturação no montante de Euros 4.348.209.

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 26 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Ocidental Seguros, encontra-se representado 2.500.000 acções com o valor nominal de Euro 5 cada. A Sociedade é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Seguros tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, em 2010 e 2009 foi como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Saldos em 01 de Janeiro	870.713	(2.722.818)
Ajustamentos no justo valor	(6.470.970)	3.330.514
Vendas	(335.646)	263.017
Saldos em 31 de Dezembro	(5.935.903)	870.713

5

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

	Eur	
	2010	2009
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	125.336.511	113.965.777
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	119.400.608	114.836.490
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(5.935.903)	870.713
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	1.721.412	(230.739)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(4.214.491)	639.974

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2010 é analisado como se segue:

Eur										
	Reservas de reavaliação									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Total do capital próprio
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	(5.935.903)	1.721.412	(4.214.491)	-	-	-	-	-	(4.214.491)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.269.598	6.269.598
Resultados transitados	-	-	-	-	-	18.086.792	-	-	-	18.086.792
Outras reservas	-	-	-	-	11.659.278	-	1.246.995	487.004	218.746	13.612.023
Saldo 31 Dezembro 2010	12.500.000	(5.935.903)	1.721.412	(4.214.491)	11.659.278	18.086.792	1.246.995	487.004	218.746	46.253.922

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 é analisado como se segue:

Eur										
	Reservas de reavaliação									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Total do capital próprio
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	870.713	(230.739)	639.974	-	-	-	-	-	639.974
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.465.473	14.465.473
Resultados transitados	-	-	-	-	-	5.067.867	-	-	-	5.067.867
Outras reservas	-	-	-	-	10.212.730	-	1.246.995	487.004	218.746	12.165.475
Saldo 31 Dezembro 2009	12.500.000	870.713	(230.739)	639.974	10.212.730	5.067.867	1.246.995	487.004	218.746	44.838.789

G

Handwritten signature

II.7 Outras notas

Nota 27 - Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2010	2009
Remunerações	312.141	262.422
	312.141	262.422

A análise das transacções com partes relacionadas em 2010 e 2009, é analisada como segue:

Balanço	Eur				
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Médias	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14.897.908	-	-	-	14.897.908
Empréstimos concedidos e contas receber	8.017.733	-	-	-	8.017.733
Activos financeiros disponíveis para venda	4.268.612	-	-	-	4.268.612
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	27.460.602	27.460.602
Outros activos	502.281	-	773.883	-	1.276.164
Total do activo	27.686.534	-	773.883	27.460.602	55.921.019
Provisões técnicas	5.643.161	-	-	-	5.643.161
Outros passivos	4.509.355	8.583	-	6.304.302	10.822.240
Total do passivo	10.152.516	8.583	-	6.304.302	16.465.401
Líquido Activo / (Passivo) 2010	17.534.018	(8.583)	773.883	21.156.300	39.455.618
Líquido Activo / (Passivo) 2009	42.116.442	-	778.464	11.927.095	54.822.001

Demonstração de resultados	Eur				
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Médias	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	11.526.594	-	-	(117.148.194)	(105.621.600)
Dividendos e juros a receber	161.496	-	-	-	161.496
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados no justo valor através ganhos e perdas	(2)	-	-	-	(2)
Total de proveitos	11.688.088	-	-	(117.148.194)	(105.460.106)
Variação provisões técnicas líquido de resseguro	(9.048.619)	-	-	81.865.818	72.817.199
Custos de aquisição	(18.508.921)	-	-	11.707.921	(6.801.000)
Custos gerais e administrativos	(5.806.799)	-	(472.301)	-	(6.279.100)
Total de custos	(33.364.339)	-	(472.301)	93.573.739	59.737.099
Líquido Proveitos / (Custos) 2010	(21.676.251)	-	(472.301)	(23.574.455)	(45.723.007)
Líquido Proveitos / (Custos) 2009	(12.294.816)	-	(558.446)	(19.579.269)	(32.432.531)

As transacções com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

Em 2009, o acordo de venda e recompra de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. era no montante de Euro 7.896.000. Os activos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Ocidental Seguros, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

Nota 28 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.. Como parte da sua governação, a OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Ageas. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de *rating* e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Ageas, a OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adoptou a taxonomia standard da Ageas na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
<i>Risco evento</i>	<i>Risco de crédito</i>	<i>Risco específico do ramo Não Vida</i>
<i>Risco negócio</i>	<i>Risco de mercado</i>	
	<i>Risco de liquidez</i>	

a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Ageas, particularmente a OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores praticas de gestão do risco operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Ageas. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui políticas para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.



A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.*

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.* já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus stakeholders, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.*;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

b) Risco de investimento

O Risco de investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.*, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.* está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.* assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

9

[Handwritten signature]

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “activos disponíveis para venda”, “carteira de negociação”, por tipo de activo, excluindo juro decorrido:

Carteira de Investimento			Eur	
	2010	%	2009	%
Activos financeiros disponíveis para venda	118.110.555	100,0%	113.426.545	100,0%
Dívida pública	54.061.396	45,8%	55.720.445	49,1%
Obrigações	58.617.316	49,6%	46.273.530	40,8%
Ações	750	0,0%	755	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	1.038.891	0,9%	1.037.643	0,9%
Imobiliário	4.392.202	3,7%	10.394.172	9,2%
Detidos para negociação	-		(7.896.302)	
Repo	-		(7.896.302)	
Total	118.110.555		105.530.243	

Um dos objectivos da política de investimento da Companhia é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria	Activos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	99,3%
Consumíveis cíclicos	-	0,0%	5	0,7%
	750	100,0%	755	100,0%

As obrigações detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria	Activos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	54.061.396	48,0%	55.720.445	54,6%
Instituições financeiras	54.313.609	48,2%	37.766.739	37,0%
Sectores básicos e energéticos	-	0,0%	1.097.341	1,1%
Operações hipotecárias	183.944	0,2%	970.697	1,0%
Consumíveis não cíclicos	-	0,0%	2.500.000	2,5%
Comunicações	500.000	0,4%	-	0,0%
Diversos	3.619.763	3,2%	3.938.753	3,9%
	112.678.712	100,0%	101.993.975	100,0%

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações, depósitos e outros devedores (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating	Activos financeiros disponíveis para venda <i>Eur</i>			
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
AAA	19.096.677	16,9%	29.213.333	28,6%
AA	19.213.928	17,1%	14.983.487	14,7%
A	51.006.311	45,3%	48.045.965	47,1%
BBB	21.229.760	18,8%	9.751.190	9,6%
BB	2.132.036	1,9%	-	0,0%
Total	112.678.712	100,0%	101.993.975	100,0%
Dívida pública	54.061.396	48,0%	55.720.445	54,6%
Obrigações	58.617.316	52,0%	46.273.530	45,4%
Total	112.678.712	100,0%	101.993.975	100,0%

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito	-	-	-	-
BBB+	22.915.641	100,0%	46.198.812	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AAA	168.565	1,2%	118.212	0,9%
AA	4.003.204	28,9%	3.077.659	23,9%
A	2.695.306	19,4%	2.909.273	22,6%
Sem rating	6.992.086	50,5%	6.779.153	52,6%
	13.859.161		12.884.296	
Total	36.774.802		59.083.108	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Companhia, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	<i>EUR</i>			
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Obrigações	-	1.038.891	1.038.891	19,1%
Imobiliário	4.392.202	-	4.392.202	80,9%
Total em Dezembro 2010	4.392.202	1.038.891	5.431.093	100,0%
Obrigações	-	1.037.643	1.037.643	9,1%
Imobiliário	10.394.172	-	10.394.172	90,9%
Total em Dezembro 2009	10.394.172	1.037.643	11.431.815	100,0%

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das acções, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O risco de mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de ALM e risco de trading, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de trading, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de ALM.

A OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- (i) Análises Cash-Flow gap, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades.
- (ii) Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e das passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- (iii) "Duration", a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- (iv) "Earnings at risk", que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- (v) "Value at Risk" (VaR), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/ indicadores de retorno e posição assim como o Capital Económico. Neste comité é também revista a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégica óptima de alocação de activos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- realizar activos para financiar os seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projectados e não se encontram descontados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

							Eur
Risco de liquidez 2010	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	100.000	522.375	9.887.345	43.833.133	30.713.353	-	85.056.206
Activos financeiros a taxa variável	4.649.800	1.000.000	2.857.889	26.239.638	6.417.962	-	41.165.289
Outros activos financeiros	14.900.696	14.821.540	11.583.894	4.000.942	398.642	5.712.886	51.418.600
Activos financeiros	19.650.496	16.343.915	24.329.129	74.073.712	37.529.956	5.712.886	177.640.095
Activos Não Financeiros	3.892.660	7.785.319	15.329.821	18.156.422	9.672.252	0	54.836.474
Total de activos	23.543.156	24.129.234	39.658.950	92.230.134	47.202.208	5.712.886	232.476.569
Outros passivos financeiros	9.231.630	11.047.560	2.807.396	74.192	-	-	23.160.777
Passivos Financeiros	9.231.630	11.047.560	2.807.396	74.192	-	-	23.160.777

							Eur
Risco de liquidez 2009	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	3.399.704	404.048	6.102.998	35.898.813	36.247.688	-	82.053.250
Activos financeiros a taxa variável	209.100	361.713	10.167.233	10.143.156	12.580.770	-	33.461.972
Outros activos financeiros	30.356.883	13.639.665	9.899.529	4.720.435	421.479	11.477.982	70.515.973
Activos Financeiro	33.965.686	14.405.426	26.169.760	50.762.404	49.249.937	11.477.982	186.031.195
Activos não financeiros	2.827.359	5.654.719	15.434.428	12.984.545	9.875.367	-	46.776.417
Total de activos	36.793.046	20.060.144	41.604.188	63.746.949	59.125.304	11.477.982	232.807.612
Outros passivos financeiros	17.817.119	11.911.753	10.648.939	-	-	-	40.377.811
Passivos Financeiros	17.817.119	11.911.753	10.648.939	-	-	-	40.377.811
Passivos não financeiros	8.572.195	17.967.978	52.568.688	38.294.706	27.526.846	-	144.930.412
Total de passivos	26.389.313	29.879.731	63.217.628	38.294.706	27.526.846	-	185.308.223

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Relativamente aos activos financeiros, nomeadamente aos investimentos, foi tomado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, sendo considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projectado a pagar até à maturidade, usando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em Dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Companhia, ou seja, o Euro.

A OCIDENTAL -Companhia Portuguesa Seguros, S.A definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço da Companhia tem a seguinte exposição por moeda:

		Eur
Risco cambial 2010	EUR	Total
Investimentos	119.400.608	119.400.608
Outros activos	91.611.276	91.611.276
Total de activos	211.011.884	211.011.884
Passivo	164.757.962	164.757.962
Total de passivos	164.757.962	164.757.962

9

	<i>Eur</i>	
Risco cambial 2009	EUR	Total
Investimentos	114.836.490	114.836.490
Outros activos	105.859.820	105.859.820
Total de activos	220.696.310	220.696.310
Passivo	175.857.519	175.857.519
Total de passivos	175.857.519	175.857.519

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Activo		
Caixa e disponibilidades	14.897.908	18.280.362
Empréstimos e contas a receber	8.017.733	27.918.745
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	13.859.161	12.884.296
Total	36.774.802	59.083.403
Passivo		
Outras responsabilidade Financeiras	8.800.520	18.072.775
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	14.360.257	22.305.035
Total	23.160.777	40.377.811

c) Risco específico de seguros

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias de seguros definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e às taxas de resgate/anulação fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisitos de provisionamento.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional.

Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa ao sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

	<i>Eur</i>	
Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2010	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2009
Custos de exploração - 10%	2.039.814	1.407.949
Custos com sinistros + 5%	(1.857.299)	(1.712.793)

Gestão do risco de seguro

A OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Ageas. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *à priori* (por exemplo, *profit testing*), como *à posteriori* (por exemplo, o *embedded value* e os rácios combinados).

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguro, S.A. que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efectuada, pelos actuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climáticos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

5

Handwritten signature or initials.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do sector, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos envolvidos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Eur	
		Limite de cobertura	Retenção líquida
Incêndio	Excedente	12.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	350.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel - responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel - cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	400.000
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000

Risco específico de seguro

Risco específico do ramo Não Vida

O risco de sinistros no ramo Não Vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes dos ramos de multiriscos, de patrimoniais (incluindo, automóvel e responsabilidade civil geral), de acidentes e doença. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil, obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Como consequência, as provisões para sinistros dos seguros Não Vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para sinistros futuros. Em geral, a OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisões para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Euro

Posição balanço no fecho do ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	53.071.374	59.875.563	60.606.027	61.855.504	67.635.968	71.129.515
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício (ajustados por consolidação ou conversão de câmbio)	53.071.374	59.875.563	60.606.027	61.855.504	67.635.968	
Pagamentos acumulados a:						
Um ano de desenvolvimento	17.355.872	19.997.347	19.914.257	22.832.091	30.079.950	
Dois anos de desenvolvimento	23.373.225	24.632.403	25.457.015	29.561.393		
Três anos de desenvolvimento	26.709.737	27.461.067	30.258.498			
Quatro anos de desenvolvimento	29.322.634	30.330.447				
Cinco anos de desenvolvimento	32.036.702					
Reservas reavaliadas a:						
Um ano de desenvolvimento	48.834.508	53.000.639	52.227.089	55.419.191	66.256.553	
Dois anos de desenvolvimento	48.643.241	51.444.009	52.328.462	56.489.519		
Três anos de desenvolvimento	47.857.231	49.723.154	53.350.967			
Quatro anos de desenvolvimento	46.182.959	46.773.397				
Cinco anos de desenvolvimento	44.245.326					
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:						
Valor nominal	8.826.048	13.102.166	7.255.060	5.365.985	1.379.415	
Percentagem	16,6%	21,9%	12,0%	8,7%	2,0%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2009	31-12-2010
Provisões para sinistros no final do exercício	67.635.968	71.129.515
Provisões para sinistros a valores actualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	13.031.964	13.627.809
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	1.795.586	1.539.886
Total provisões para sinistros Não Vida	82.463.518	86.297.209

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou sinistros de responsabilidade civil através de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contribui para a diversificação do negócio Não Vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Ageas.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Rácio Sinistros	62,4%	57,1%	61,9%	62,1%	78,7%	77,8%	53,7%	32,5%	72,3%	21,3%
Rácio Despesas	21,5%	18,9%	19,5%	17,5%	27,1%	23,8%	25,1%	20,4%	26,1%	24,1%
Rácio Combinado	83,9%	76,0%	81,4%	79,5%	105,8%	101,6%	78,8%	52,9%	98,4%	45,4%

Risco de longevidade e mortalidade

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do *pricing*, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e, os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como

acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usadas no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

A análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco a 10 anos com um máximo de 3,5%.

Risco de invalidez

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A *OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.* também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos adequados e ajustados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

Informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2010 em relação a 2009	Reajustamentos
2010	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	45.545.888	18.793.361	29.056.121	2.303.594
Incêndio e outros danos	8.288.784	5.023.313	4.176.190	910.719
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.959.983	4.343.160	14.537.516	(3.079.307)
-Outras coberturas	2.265.839	1.383.915	415.492	(466.432)
Marítimo, aéreo e transportes	245.476	97.919	153.377	5.820
Responsabilidade civil geral	2.287.820	971.992	4.620.843	3.305.015
Crédito e caução	6	375.715	32.646	408.355
Protecção jurídica	236.708	-	-	(236.708)
Assistência	16.620	3.636	-	(12.984)
Diversos	1.616.394	54.681	1.553.480	(8.233)
Total não vida	82.463.518	31.047.692	54.545.665	3.129.839
Total	82.463.518	31.047.692	54.545.665	3.129.839

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009 em relação a 2008	Reajustamentos
2009	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	42.043.528	14.606.525	23.733.714	(3.703.289)
Incêndio e outros danos	7.559.593	3.295.364	3.473.406	(790.823)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.626.872	4.047.950	16.244.459	(1.334.463)
-Outras coberturas	1.331.058	717.827	382.365	(230.866)
Marítimo, aéreo e transportes	314.177	41.810	153.392	(118.975)
Responsabilidade civil geral	2.122.226	679.644	1.849.304	406.722
Crédito e caução	11	8	-	(3)
Protecção jurídica	243.839	-	236.708	(7.131)
Assistência	102.042	94.529	5.673	(1.840)
Diversos	1.641.566	24.786	1.562.824	(53.956)
Total não vida	76.984.912	23.508.443	47.641.845	(5.834.624)
Total	76.984.912	23.508.443	47.641.845	(5.834.624)

Informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

	Eur			
Linha de negócio	Montantes pagos -	Montantes pagos -	Variação da provisão	Custos com sinistros
Não vida 2010	prestações	custos gestão sinistros	para sinistros	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	87.273.441	1.250.101	1.881.481	90.405.023
Incêndio e outros danos	19.339.902	1.106.196	741.689	21.187.787
Automóvel				
-Responsabilidade civil	9.253.805	200.113	(1.278.502)	8.175.416
-Outras coberturas	6.363.677	2.359.686	258.295	8.981.658
Marítimo, aéreo e transportes	198.502	11.539	(31.245)	178.796
Responsabilidade civil geral	1.084.698	22.535	2.928.933	4.036.166
Crédito e caução	375.697	96	32.646	408.439
Protecção jurídica	-	-	(236.708)	(236.708)
Assistência	1.994	8.701	(16.385)	(5.690)
Diversos	197.265	13.921	4.942	216.128
Total não vida	124.088.981	4.972.888	4.285.146	133.347.015
Resseguro aceite	29.386	-	61.699	91.085
Total	124.118.367	4.972.888	4.346.845	133.438.100

	Montantes pagos -	Montantes pagos -	Variação da provisão	Custos com sinistros
Não vida 2009	prestações	custos gestão sinistros	para sinistros	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	77.671.140	1.107.546	3.595.784	82.374.470
Incêndio e outros danos	10.605.425	537.657	1.127.359	12.270.441
Automóvel				
-Responsabilidade civil	8.501.925	39.899	143.286	8.685.110
-Outras coberturas	4.962.402	3.012.880	1.169.196	9.144.478
Marítimo, aéreo e transportes	194.154	27.557	(68.701)	153.010
Responsabilidade civil geral	770.706	45.617	165.519	981.842
Crédito e caução	-	77	(6)	71
Protecção jurídica	-	-	(7.132)	(7.132)
Assistência	94.652	2.383	(85.421)	11.614
Diversos	122.900	9.074	(21.620)	110.354
Total não vida	102.923.304	4.782.690	6.018.264	113.724.258
Resseguro aceite	348.573	-	(404.776)	(56.203)
Total	103.271.877	4.782.690	5.613.488	113.668.055

9



Informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

	Eur				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não vida 2010					
Seguro directo					
Acidentes e doença	142.621.056	146.107.458	90.405.024	28.311.670	(25.049.015)
Incêndio e outros danos	39.877.661	39.638.212	21.187.787	9.727.938	(3.369.960)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	9.025.661	9.023.023	8.175.416	2.246.351	(895.629)
-Outras coberturas	13.019.843	12.795.729	8.981.658	3.554.969	459.249
Marítimo, aéreo e transportes	598.212	597.541	178.796	374.562	(150.503)
Responsabilidade civil geral	3.350.092	3.264.711	4.036.166	623.429	1.283.795
Crédito e caução	19.029	53.050	408.439	41.242	-
Protecção jurídica	284.924	260.792	(236.708)	32.168	(250.609)
Assistência	1.789.257	1.778.966	(5.690)	434.160	(1.530.726)
Diversos	860.341	402.821	216.126	133.197	112.331
Total não vida	211.446.076	213.922.303	133.347.014	45.479.686	(29.391.067)
Resseguro aceite	9	8	91.086	67	47.202
Total	211.446.085	213.922.311	133.438.100	45.479.753	(29.343.865)

	Eur				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não vida 2009					
Seguro directo					
Acidentes e doença	131.277.468	132.747.340	82.374.470	23.283.858	(23.128.614)
Incêndio e outros danos	38.172.932	37.619.543	12.270.441	7.641.341	(4.890.686)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	11.063.954	11.316.781	8.685.110	1.956.271	61.744
-Outras coberturas	11.407.884	11.589.969	9.144.479	3.291.754	(312.721)
Marítimo, aéreo e transportes	653.448	703.576	153.010	316.625	(256.485)
Responsabilidade civil geral	2.796.222	2.350.325	981.843	445.760	(888.571)
Crédito e caução	92.945	90.319	72	39.453	(72.654)
Protecção jurídica	218.144	206.176	(7.132)	24.668	(31.076)
Assistência	1.768.522	2.115.166	11.614	463.896	(1.433.610)
Diversos	408.655	388.300	110.352	117.163	(46.030)
Total não vida	197.860.174	199.127.495	113.724.259	37.580.789	(30.998.703)
Resseguro aceite	18	18	(56.204)	71	(392.289)
Total	197.860.192	199.127.513	113.668.055	37.580.860	(31.390.992)

d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 200% da exigência legal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem de solvência OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
Rúbrica	2010	2009
Capital	12.500.000	12.500.000
Reservas Legal e de Reavaliação	9.397.532	12.805.451
Resultados Transitados	18.086.792	5.067.866
Resultado Líquido do Exercício	6.269.598	14.465.473
Total Situação Líquida (1)	46.253.922	44.838.790
Activos Intangíveis	(59.409)	(41.662)
Ajuste Pensões Reforma	(2.253.757)	(1.491.882)
Total (2)	(2.313.166)	(1.533.544)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	43.940.755	43.305.246
Margem de Solvência Exigida	17.771.472	16.606.385
Excesso / Insuficiência	26.169.284	26.698.862
Rácio Solvência	247%	261%

Nota 29 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Ocidental Seguros são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 30 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto Empresa de seguros, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 o total de garantias bancárias era de Euro 116.000 (2009: Euro 119.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	49.402	141.203	385.882	576.486

Nota 31 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura
O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam,

7

Handwritten signature

aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios. Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, A Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para A Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montante registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

5

G

2010
Ocidente
1023
Antón

Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
1023
António Gaspar

António Gaspar

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESIGNAÇÃO		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CODIGO									unitário	Total
		Inventário de Títulos e Participações Financeiras NIPCES								
		FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS								
		Títulos Nacionais								
		Partes de capital em filiais								
		Sub-Total								
		Partes de capital em associadas								
		Sub-Total								
		Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
		Sub-Total								
		Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
		Serviçanca-Empr.Prestação de Serv ACE								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de filiais								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de associadas								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
		Banco Com Portug 3,75% 17/06/11								
		Banco Comercial Português Float 28/02/13								
		Banco Comercial Português Float 28/03/13								
		Sub-Total								
		Outros títulos em filiais								
		Sub-Total								
		Outros títulos em associadas								
		Sub-Total								
		Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
		Sub-Total								
		Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
		Sub-Total								
		Sub-Total								
		Títulos Estrangeiros								
		Partes de capital em filiais								
		Sub-Total								
		Partes de capital em associadas								
		Sub-Total								
		Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
		Sub-Total								
		Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de filiais								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de associadas								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
		Sub-Total								
		Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
		BCP Finance Bank Float 06/02/12								
		Sub-Total								
		Outros títulos em filiais								
		Sub-Total								
		Outros títulos em associadas								
		Sub-Total								
		Sub-Total								
92174992801N										
		750		1,00	750				750	
		750			750				750	
PTBCLSOIE0018			750.000	99,96	749.280			99,96	746.690	
PTBCP7ON0061			1.000.000	99,85	997.770			99,85	802.116	
PTBCPUOM0010			1.600.000	99,80	1.595.296			99,80	1.280.206	
			3.350.000		3.342.346				2.829.012	
		750								
			3.350.000		3.343.096				2.829.762	
XS0284019659			1.650.000	97,76	1.576.750			97,76	1.438.849	
			1.650.000		1.576.750				1.438.849	

178

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010
 Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
 N.º de identificação: 1023
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS												Anexo		
CODIGO	DESIGNAÇÃO											Valor de balanço		
												unitário	Total	
PTCNB0AP0009 92155021951N	1.2.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos												
	1.2.11	Sub-Total												
	1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes												
	1.2.12	Sub-Total												
	1.2													
	1	Total											1.650.000	1.438.849
	2	OUTROS											5.000.000	4.268.612
	2.1	Títulos Nacionais												
	2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação												
	2.1.1.1	Ações												
PTCNB0AP0009 92155021951N	2.1.1.1	C.N.B./CAMAC-C.Nac.Bornelia												
	2.1.1.1	Hotéis Bom Jesus SA											1.000	0
	2.1.1.1	Sub-Total											3.000	0
	2.1.1.1												4.000	0
	2.1.1.2	Títulos participação												
	2.1.1.2	Sub-Total												
	2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento												
	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FIJ											485.863	
	2.1.1.3	Sub-Total											485.863	9,04
	2.1.1.4	Outros												
PTVAIRHM0000	2.1.1.4	Sub-Total												
	2.1.1													
	2.1.2	Títulos de dívida												
	2.1.2.1	De dívida pública												
	2.1.2.1	PGB 3.35% 15/10/15											8.300.000	97,58
	2.1.2.1	PGB 3,6% 15/10/14											3.450.000	100,22
	2.1.2.1	PGB 3.85% 15/04/21											150.000	100,43
	2.1.2.1	PGB 4.1% 15/04/37											470.000	90,75
	2.1.2.1	PGB 4.2% 15/10/16											4.000.000	101,36
	2.1.2.1	PGB 4.35% 16/10/17											300.000	99,16
PTTEKOE0000	2.1.2.1	PGB 4.375% 16/06/14											100.000	102,20
	2.1.2.1	PGB 4.8% 15/06/20											1.600.000	97,26
	2.1.2.1	PGB 5% 15/06/12											3.173.698	102,38
	2.1.2.1	PGB 5.15% 15/06/11											2.100.000	100,94
	2.1.2.1	PGB 5.45% 23/09/13											450.000	105,40
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 18/02/11											489.053	99,71
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 18/03/11											4.389.543	99,51
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 19/08/11											500.000	99,43
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 21/01/11											1.100.000	98,27
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 21/10/11											2.000.000	99,88
PTPBTNGE0010	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 21/10/11											600.000	97,37
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 23/09/11											150.000	97,62
	2.1.2.1	Sub-Total											32.893.698	
	2.1.2.2	De outros emissores públicos												
	2.1.2.2	Sub-Total												
	2.1.2.3	De outros emissores												
	2.1.2.3	BES Finance Ltd Float 19/03/12												
	2.1.2.3	Banco BPI 3.25% 15/01/15											3.200.000	97,23
	2.1.2.3	Banco Espírito Santo 5.625% 05/06/14											450.000	97,02
	2.1.2.3	Banco Espírito Santo 6.2% 02/09/13											1.500.000	99,76
PTBBLMNGOM0002	2.1.2.3	Banco Espírito Santo Float 25/02/13											700.000	105,04
	2.1.2.3	Banco Santander Total 3.25% 21/10/14											1.700.000	97,19
	2.1.2.3	Banco Santander Total 4.75% 26/05/11											1.300.000	99,97
	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.625% 21/07/14											500.000	100,52
	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.875% 06/12/16											2.800.000	98,72
	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.875% 12/12/11											1.500.000	97,11
	2.1.2.3												1.000.000	101,06
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
PTPBTNGE0010	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													
	2.1.2.3													

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010
 Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
 N° de identificação: 1023
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

ANEXO									
IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS									
CODIGO	DESIGNAÇÃO			Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário
PTC6160M0004	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 4.375% 13/05/13			1.000.000	102,38		1.036.690	95,78
PTCGFC1E0029	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 4.625% 28/06/12			700.000	101,90		718.550	100,97
PTJMEDOE0006	2.1.2.3	Jose de Mello 27/06/2017			4.000.000	99,70		4.000.000	96,52
PTCMKROE0009	2.1.2.3	Montepio Geral 3.25% 27/07/12			300.000	98,46		294.450	97,31
PTCMHXOM0006	2.1.2.3	Montepio Geral Flex 29/05/13			4.350.000	94,73		4.005.900	79,18
PT PC31/01	2.1.2.3	Portugal Telecom 42* EM PC 31/01/11			500.000	100,00		500.000	100,00
PTPAQAOE0001	2.1.2.3	Parque Fab.Malhas/94			49.800	0,00		0	0,00
	2.1.2.3	Sub-Total			25.549.800			24.936.890	
	2.1.2	Sub-Total			58.443.498			57.925.616	
	2.1	Sub-Total	489.863		58.443.498			62.252.226	
	2.2	Títulos Estrangeiros							
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1	Ações							
	2.2.1.1	Sub-Total							
	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	F&C Port FD-Euro Inflation Linked Bond	103.682				9,79	1.015.458	10,02
	2.2.1.3	Sub-Total	103.682					1.015.458	
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.1	Sub-Total	103.682					1.015.458	
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
	2.2.2.1	BGB 3.75% 28/09/15			1.000.000	102,42		1.030.840	103,45
	2.2.2.1	BGB 4% 28/03/17			200.000	96,71		191.238	105,68
	2.2.2.1	BGB 4.25% 28/09/14			670.000	100,99		686.000	106,14
	2.2.2.1	BGB 5.5% 28/09/17			250.000	107,65		275.895	112,67
	2.2.2.1	BTPS 3.75% 01/08/15			450.000	102,30		462.888	101,74
	2.2.2.1	BTPS 4% 01/02/17			1.000.000	99,05		987.990	101,20
	2.2.2.1	BTPS 4.25% 01/08/14			500.000	101,20		509.100	100,26
	2.2.2.1	BTPS 5% 01/08/34			1.000.000	98,75		986.950	97,69
	2.2.2.1	DBR 3.25% 04/07/15			1.000.000	97,81		965.780	107,95
	2.2.2.1	DBR 5% 04/07/12			3.000.000	102,25		3.307.290	108,82
	2.2.2.1	FRTR 4.25% 25/10/18			1.500.000	101,11		1.520.595	109,30
	2.2.2.1	Hellenic Republic 3.6% 20/07/16			350.000	99,28		346.990	64,49
	2.2.2.1	Hellenic Republic 4.1% 20/08/12			2.100.000	99,88		2.092.789	89,49
	2.2.2.1	Hellenic Republic 5.25% 18/05/12			70.000	102,26		77.561	94,74
	2.2.2.1	RAGB 3.5% 15/09/21			250.000	92,85		228.525	96,03
	2.2.2.1	RAGB 3.9% 15/07/20			1.200.000	99,36		1.190.610	105,99
	2.2.2.1	RAGB 4% 15/09/16			5.000.000	101,37		5.086.031	108,36
	2.2.2.1	RAGB 4.65% 15/01/18			300.000	106,83		333.464	114,95
	2.2.2.1	RAGB 5% 15/07/12			220.000	101,82		231.103	108,42
	2.2.2.1	RAGB 5.25% 04/01/11			100.000	100,03		110.815	105,21
	2.2.2.1	RAGB 6.25% 15/07/27			1.000.000	120,23		1.225.100	133,32
	2.2.2.1	Republic of Austria 3.5% 15/07/2015			200.000	101,20		203.100	107,06
	2.2.2.1	SPGB 5.5% 30/07/17			900.000	110,35		1.013.661	105,11
	2.2.2.1	SPGB 5.75% 30/07/32			200.000	123,22		251.838	99,28
	2.2.2.1	Sub-Total			22.460.000			23.316.154	
	2.2.2.2	De outros emissores públicos							
	2.2.2.2	Sub-Total							
	2.2.2.3	De outros emissores							
	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.5% 14/03/16			300.000	96,98		285.186	90,85
	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.75% 25/10/13			200.000	99,35		197.080	96,58
	2.2.2.3								
ES0312298013	2.2.2.3								
ES0312298088	2.2.2.3								

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010
 Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
 N° de identificação: 1023
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Anexo I				
CODIGO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
ES0312342019	2.2.2.3	2.000.000	92,68		1.827.420	65,35	1.307.026
ES0312360003	2.2.2.3	300.000	99,97		299.841	98,51	295.540
ES0312298005	2.2.2.3	300.000	99,93		300.000	93,47	280.415
ES0413211113	2.2.2.3	2.500.000	96,17		2.336.150	96,02	2.400.413
XS0242314291	2.2.2.3	500.000	99,68		472.500	98,97	494.861
XS0419259659	2.2.2.3	300.000	100,96		305.940	104,46	313.371
XS0127276235	2.2.2.3	500.000	99,90		498.000	99,01	495.070
ES0415211139	2.2.2.3	200.000	99,82		198.816	103,28	206.568
DE0000HV0EBA.5	2.2.2.3	700.000	100,16		702.345	108,02	756.168
DE00005934426	2.2.2.3	350.000	104,92		394.926	110,74	387.600
XS0217992030	2.2.2.3	1.200.000	96,97		1.141.560	85,71	1.028.504
XS0267837473	2.2.2.3	150.000	99,99		150.147	95,73	143.593
XS0494840977	2.2.2.3	3.000.000	99,89		2.995.560	98,48	2.954.313
XS0192377538	2.2.2.3	2.150.000	98,78		1.992.575	102,73	2.208.645
XS0170059017	2.2.2.3	187.962	100,74		189.165	98,00	184.207
XS0307699453	2.2.2.3	850.000	99,82		846.175	98,96	841.159
XS0260783005	2.2.2.3	1.600.000	101,21		1.610.720	90,28	1.444.520
DE0000EHOA2E9	2.2.2.3	300.000	98,23		290.151	103,26	309.794
DE0000A0B1F76	2.2.2.3	1.150.000	100,18		1.165.793	102,53	1.179.109
XS0483673488	2.2.2.3	1.700.000	100,00		1.700.000	100,56	1.709.558
XS0498177111	2.2.2.3	850.000	100,00		849.915	99,97	849.753
XS0292051835	2.2.2.3	2.200.000	99,88		2.199.230	92,26	2.029.729
XS0498391894	2.2.2.3	700.000	99,78		697.935	99,87	699.119
XS0240718717	2.2.2.3	4.600.000	99,89		4.571.800	99,98	4.599.287
XS0505734872	2.2.2.3	1.000.000	99,58		995.590	101,83	1.018.341
XS0491856265	2.2.2.3	600.000	99,90		599.352	98,37	590.232
XS0293709662	2.2.2.3	1.850.000	100,00		1.849.649	100,10	1.851.792
XS044680826	2.2.2.3	800.000	99,89		799.072	104,14	833.136
XS0247757718	2.2.2.3	200.000	99,88		199.912	93,01	186.011
	2.2.2	33.237.962			32.662.504		32.063.551
	2.2	55.697.962			55.978.658		55.715.746
	2.3				56.994.116		56.754.638
Derivados de Negociação	2.3						
Sub-Total	2.3						
Derivados de Cobertura	2.4						
Sub-Total	2.4						
Total	2						
TOTAL GERAL	3	119.141.460			119.246.341		115.131.996
		594.295			124.166.187		119.400.608